

INDICADORES DE RESSOCIALIZAÇÃO:

ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA PARCERIA PÚBLICO PRIVADA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Nathália Teixeira de Oliveira Fernandes, estudante do Mestrado Profissional em Segurança Pública e Cidadania da Faculdade de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, nathatof@gmail.com

Caminhos e alternativas para o cenário caótico do sistema prisional brasileiro vêm sendo debatidos no meio acadêmico, sem significativos avanços no campo das políticas públicas. Na tentativa de reduzir o déficit de vagas e mitigar as mazelas do sistema, foi introduzido no ordenamento jurídico nacional um novo modelo de gestão prisional – a parceria público privada (PPP) – passando para a iniciativa privada a responsabilidade pela construção e administração das unidades prisionais, com vultosos investimentos envolvidos. Críticas à parte, o fato é que esse cenário aponta para a necessidade de formas efetivas de controle da atuação do particular no exercício de uma função eminentemente pública, com a criação de parâmetros de monitoramento capazes de mensurar a eficácia desse trabalho. A finalidade precípua da PPP prisional é proporcionar oportunidades reais de reinserção social, garantindo o cumprimento da pena privativa de liberdade em condições dignas e, para tanto, são necessárias diretrizes de atuação e indicadores capazes de mensurar a eficácia desse trabalho, com indicadores capazes de captar a finalidade pública. Em 2013, foi implementada a primeira (e ainda única no país) PPP prisional, transferindo à iniciativa privada a construção e gestão de um complexo penitenciário com capacidade para 3.800 sentenciados, com diretrizes de atuação, indicadores de performance e mecanismos fiscalizatórios delineados no contrato de concessão. Apesar do significativo avanço, o ineditismo da iniciativa não permite afirmar que se trata de um modelo exitoso, nem mesmo se os indicadores escolhidos são adequados para a mensuração desse trabalho. Essa pesquisa buscou analisar até que ponto os indicadores escolhidos para mensurar o trabalho da empresa concessionária são capazes de captar as dimensões mais relevantes para o processo de reintegração social. Foi adotada a pesquisa bibliográfica e

documental. A pesquisa bibliográfica trouxe conceitos que perpassam a discussão sobre teoria da pena, percorrendo a evolução da ressocialização à reintegração social e suas dimensões, a visão geral sobre indicadores sociais e um levantamento dos indicadores voltados aos sistema prisional. Foram delineados os contornos da PPP prisional, apresentando as características do contrato público mineiro. A pesquisa documental analisou o contrato de concessão, o mecanismo de pagamento e seus indicadores de performance, em especial os voltados para a mensuração do trabalho em prol da ressocialização. Ao final, foi feita um estudo dos indicadores de ressocialização da PPP prisional frente às dimensões relevantes da ressocialização, analisando as formas escolhidas para mensuração do trabalho e a relevância, validade e confiabilidade de cada uma delas. A PPP prisional apresenta indicadores complexos e rigorosos, com avanços significativos em relação ao desempenho e monitoramento das penitenciárias públicas. No que tange à ressocialização, além de não ser avaliado o trabalho voltado ao egresso do sistema e seu acompanhamento no pós cárcere, foram escolhidas dimensões e componentes analíticos que não monitoram a qualidade do trabalho realizado. Foram selecionados apenas critérios quantitativos de monitoramento, tais como horas de prestação de assistência, quantitativo de profissionais contratados e respectivas cargas horárias etc. Dessa forma, as medidas objetivas e operacionais escolhidas como parâmetro de mensuração não monitoram a eficácia do trabalho prestado.

PALAVRAS CHAVE: Indicadores, Parceria Público Privada, Políticas Públicas, Ressocialização, Sistema Penitenciário.

REFERÊNCIAS:

ALLEN, R; ENGLISH, P. Public-Private Partnership in Prision Construction and Management. Justice & development working papers series. The World Bank.

BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou Controle Social: uma Abordagem Crítica da “Reintegração Social” do Sentenciado (2011). Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13248-13249-1-PB.pdf>> Acesso em 15/03/2019.

BITENCOURT, C. R. Criminologia crítica e o mito da função ressocializadora da pena. In: BITTAR, W. A criminologia no século XXI. Rio de Janeiro: Lumen Juris e BCCRIM, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FOCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOMES, Marcelo Ferreira. As Parcerias Público-Privadas e o contrato de concessão administrativa do Complexo Penal do Estado de Minas Gerais. 2014 Disponível em: < p://monografias.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/2022 > Acesso em 14/03/2019.

JANNUZZI, P de M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Editora Aliena, 2001.

JULIÃO, E. F. A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005, Luiz Alberto. Parcerias Público-Privadas. Curitiba: Juruá, 2006.

ROXIN, Claus. Sentidos e Limites da Pena Estatal. In: Problemas Fundamentais de Direito Penal. Tradução de Ana Paula dos Santos Luís Ntscheradetz. Lisboa: Coleção Vega Universidade, 1998.